

O reino de Deus na ALBA: IURD e o legislativo baiano (1991-2002)

Adriana Martins dos Santos – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História – Mestranda em História Social – Bolsista do CNPq – martins.reli@hotmail.com GP Protestantismos e Pentecostalismos

Introdução

A Igreja tem crescido em vários estados e países devido à própria obra que tem desenvolvido. O povo é testemunha da sinceridade do seu trabalho e as quase nove milhões de pessoas que constituem a família Universal em todo o mundo são os frutos autênticos dessa obra, essa que tem como fundamento o Senhor Jesus Cristo.¹

O Senhor Jesus disse que se devia dar a César o que é de César, mas a Deus, o que é de Deus. É bom saber que o próprio lugar de César pertence a Deus. Os cristãos primitivos anunciavam isso dizendo que “Só Jesus é Senhor”. A IURD ostenta com alegria, em todos os seus templos, a inscrição Jesus Cristo é o Senhor, proclamando a todo mundo em quem deposita sua confiança. É tempo de pensar em eleições, o povo de Deus precisa mostrar que realmente deve estar no comando.²

A Assembléia Legislativa do Estado da Bahia manifesta moção de congratulações ao 20º aniversário de criação da Igreja Universal do Reino de Deus.

Neste momento de comemorações pela passagem de tão significativa data, prestamos o nosso reconhecimento, pela importância que tem esta entidade evangélica, sobretudo, pelo trabalho social que realiza, procurando reintegrar indivíduos, reestruturando lares destruídos e recuperando viciados, presos e egressos.³

A Igreja Universal é um grupo religioso de origem pentecostal criado em 1977, na cidade do Rio de Janeiro, por Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto Lopes que chegou à Bahia em 1980, dentro de um quadro de expansão no Brasil gradativo, mas realizado em pouco tempo. A Igreja Universal do Reino Deus (IURD) foi fundada na Bahia no subsolo de um prédio localizado na Rua do Tijolo (Centro Histórico da cidade), numa área conhecida por abrigar o “baixo meretrício”.

Na área política a Igreja universal conseguiu um considerável crescimento. Em 1992, elegeu o vereador Alves Ferreira; em 1996 conseguiu sua reeleição e a de outro personagem, que era pastor deste grupo, Alexandre Madureira Bittencourt. Em 2000, foi a vez de Eronildes Vasconcelos, que mereceu destaque no cenário político por ter conseguido expressiva votação, alcançando uma vaga no legislativo municipal, embora fosse completamente desconhecida. Apesar de contar com votação de várias cidades da Bahia, Zelinda Novaes, eleita nas eleições de 1990, 1994 e 1998 para o cargo de deputada estadual e no pleito de 2002 para o de deputada federal, tinha como base política, Salvador, uma vez que a maioria de sua votação veio da capital. O mesmo pode ser dito de José de Arimatéia, companheiro de Zelinda na Assembléia Legislativa da Bahia de 1999-2002 e Márcio Marinho que a substituiu no pleito de 2002 na disputa por uma vaga na Assembléia Legislativa da Bahia, saindo vencedor. Na Câmara Federal, a IURD baiana elegeu em 1990, 1994 e 1998, Luiz Moreira e em 2002, além de Zelinda Novaes, o pastor Reginaldo Germano. Este, como suplente já estava no legislativo federal desde a eleição de 1998, assumindo a titularidade em 2000.

Campos afirma que uma provável razão para a entrada da IURD no cenário político teria sido o objetivo de formar um lobby a fim de defender seus interesses econômicos (Campos, 1996: 458).

¹ *Folha Universal*, 20/07/1997, Editorial, p. 2. Num. 276

² Paulo Rodrigues, *Folha Universal*, 21/06/1998, edição 324, p. 12b.

³ Moção 2645/97 de 09/07/97, apresentada pela deputada federal Zelinda Novaes.

Mesmo aceitando a idéia defendida por Campos, é difícil deixar de imaginar que, ao entrar nas esferas do poder político, os representantes eleitos por esse grupo deixassem de escapar dos mecanismos desta, afetando em contrapartida as suas motivações iniciais. Foi a partir desta perspectiva que foram analisados os projetos dos políticos iurdianos apresentados na Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA) entre 1991 e 2002.

No século XX, Ari Pedro Oro dividiu a presença protestante na política brasileira em cinco fases,⁴ sendo que a última iniciou-se em 1986 com a presença da IURD, que conseguiu neste ano eleger um de seus fundadores, Ronaldo de Almeida, deputado federal. Para Oro, a partir desse momento houve uma mudança qualitativa nessa participação, uma vez que não se tratava apenas da eleição de um político ligado à determinada denominação, que conseguiu certo apoio de parte de seu grupo para defendê-lo, quando necessário, mas de um candidato religioso que buscava em primeiro lugar servir aos interesses da instituição religiosa, representando assim uma inovação do modo de fazer política realizada pelos protestantes em todas as suas vertentes.⁵

É interessante relativizar, no entanto, os limites desta “inovação” da Igreja Universal nas relações como o poder. Estudando a atuação de evangélicos na política entre a Constituinte e o impeachment, Freston observa que o discurso de alguns membros da Assembléia de Deus em relação à política apresentava-se como bastante próximo ao que foi adotado pela IURD, principalmente ao longo da década de 1990. Josué Sylvestre, líder assembleiano e assessor do Senado à época da Constituinte, foi um dos principais articuladores deste movimento de “renovação” evangélica. (Freston, 1993:211) Para Sylvestre, era necessária uma mudança na forma como os evangélicos estavam agindo durante os períodos eleitorais, defendendo que não bastavam eleger políticos que eram membros destes grupos religiosos ou simpáticos aos mesmos, mas sim, os que estivessem realmente comprometidos com a causa evangélica. Reage contra a simples eleição de “amigos do Evangelho”, que para ele eram os políticos que se diziam simpatizantes da causa evangélica, mas que não tinham uma ligação real com este grupo. Estes apareceriam sempre nos momentos próximos as eleições buscando os grupos dos “irmãos” em troca de pequenos benefícios, sobretudo, materiais, para logo depois desaparecer. Para Sylvestre, os votos que lhes eram destinados deveriam ser substituídos por outros dirigidos aos políticos evangélicos de fato. Até porque estas melhorias proporcionadas às igrejas evangélicas em troca de apoio político provavelmente eram pagas com o erário público, fazendo com que os homens e mulheres de Deus contribuíssem para a manutenção da corrupção no país e acrescenta:

O pior, sobretudo, é a falta de representatividade posterior. Terminada a eleição, no desempenho do mandato, aquele deputado ou vereador, mesmo que permaneça “amigo”, não é um representante nosso, não entende as nossas particularidades, não tem o nosso ideal nem estará à disposição de Deus e do Seu povo (Prov. 28:5). Sua linguagem e seu comportamento não serão traçados com base na palavra de Deus e, se por ventura, houver necessidade de um voto decisivo que interesse à família evangélica em oposição a pontos de vista defendidos pela Igreja Católica ou pela influência crescente da umbanda nos setores governamentais, é claro que aquele “amigo” vai votar segundo a orientação da CNBB ou dos “pais de santo” e “chefes de terreiro”. (Sylvestre, 1988: 54).

⁴ Fase Metodista (de 1946 a 1941), fase Presbiteriana (de 1951 a 1975), fase Batista (de 1975 a 1987), após 1987, predomínio da pentecostal Assembléia de Deus. (Oro, 2003, p. 282).

⁵ Cabia ao Conselho de Bispo da IURD decidir os nomes do candidato. Nos outros grupos era freqüente o indivíduo achar que tinha condições e buscar o apoio do grupo. O político era quem tomava a iniciativa. (Oro, 2003, p. 290)

Defesa de interesses evangélicos que poderiam ser atingidos pelos inimigos da fé, eis a justificativa central para o envolvimento dos “irmãos” na política. A Igreja Universal também apresentou este argumento para explicar essa entrada. Para a IURD, era a necessidade de defesa dos seus interesses, uma vez que se colocou como um grupo perseguido desde o primeiro momento que a levava a entrar na política, para tentar preservar o grupo e garantir o seu crescimento.

Há senadores, deputados e vereadores criando projetos de lei que virão impedir o crescimento da Igreja no Brasil? Não podemos permitir isso, e por essa razão Deus deu a cada servo Seu uma missão, a qual requer um compromisso com Ele, com a Igreja e com o país, que consiste em pôr um ponto final na desgraça que os políticos comprometidos com as forças do mal têm causado ao nosso povo. (Caetano, 2002: 26).

A atuação iurdiana na política se deu no Legislativo, nas Câmaras Municipais, Assembléias Estaduais e na Câmara Federal, pois se o Estado pode ser interpretado por alguns como um espaço onde a dominação de classe se realiza, ele também pode ser entendido como um local de negociação entre os diversos grupos sociais. E dentro do Estado, o legislativo aparece como *locus* privilegiado para as transações, permutas, trocas, acordos.

Na Bahia, onde os setores conservadores há mais de uma década dominavam a política, não ocorreu uma aproximação entre os políticos ligados à IURD e o PT baiano, ou qualquer outro setor de oposição durante a década de 1990, como se fez no plano nacional. Os primeiros permaneceram filiados a partidos que formaram a base governista⁶ na Assembléia Legislativa. Observando a página política do jornal *Folha Universal*,⁷ percebe-se que estavam geralmente presentes nos jornais para mostrar melhorias que a comunidade iurdiana obteve junto ao governo estadual e municipal ou através de atos simbólicos que estavam ligados a este público, como a comemoração do dia da Bíblia⁸, que contou com a participação de diversos representantes evangélicos.

A presença de membros de diferentes grupos religiosos evangélicos (batistas, luteranos e iurdianos) demonstra, em certa medida, uma característica importante da atuação de Zelinda Novaes na Assembléia Legislativa da Bahia que foi atender demandas de diversos segmentos que faziam parte do campo protestante baiano. É interessante ressaltar tal como o “discurso político” iurdiano teve antecedentes como Josué Sylvestre, a presença de “defensores do evangelho” na ALBA também se fizera presente na legislação que antecedeu o primeiro mandato de Zelinda, de 1987 a 1990, através da atuação do deputado estadual Gerson Gomes, ligado à Assembléia de Deus (AD). Em sua segunda Legislatura na Assembléia Legislativa da Bahia⁹, Gerson Gomes encaminhou 47 projetos, dos quais 26 foram aprovados. 45 projetos solicitaram que fossem consideradas de Utilidade Pública diversas organizações sociais, dentre as quais 32 evangélicas, 15 fundadas pela Assembléia de Deus. Dos 26 projetos que se transformaram em lei, 10 eram das associações da AD. Exemplos não faltaram para uma atuação mais corporativa, realizando-se desta forma, o desejo de Sylvestre, que também era o de

⁶ Durante todo período de atuação de Zelinda Novaes na ALBA o governo estadual esteve dominado pelo grupo do político Antonio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal. O Partido Liberal, outra legenda que acolheu políticos iurdianos, estava umbilicalmente ligado ao PFL baiano.

⁷ Foram analisadas jornais de 1996 a 2004.

⁸ *Folha Universal*, 22/12/1996 p.4b

⁹ A primeira foi pelo MDB de 1979 a 1983. <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=209>

Rodrigues, “a presença de homens e mulheres que temem a Deus ocupando as cadeiras das casas legislativas e o comando dos postos executivos”. (Sylvestre, 1988: 50)

A “política de Cristo” no legislativo baiano

A presença de candidatas e políticas apoiadas pela Igreja Universal representa uma contradição ao seu ideário oficial, marcado por uma visão tradicional do papel da mulher na vida familiar e religiosa, exemplificados pela submissão desta à autoridade do marido e a inexistência de mulheres ocupando posições de poder dentro do grupo. O espaço da atuação política mostrou-se como um dos poucos ambientes para a luta das mulheres iurdianas no sentido de conseguir exercer autoridade, embora, a ação política dos que receberam o apoio da IURD, independente de condição de gênero, se encontrou subordinada à vontade do grupo, este marcadamente androcêntrico.

O crescimento da presença da Igreja Universal nas disputas eleitorais coincidiu com o de candidatas iurdianas. Maria Machado ver nisso mais uma demonstração do cálculo político presente na forma com que a IURD atua desde o momento que se envolveu nesta atividade. Da mesma forma que procurava só lançar candidatos que tinham condições de ganhar, teria aumentado o número de candidatas para aproveitar a legislação eleitoral que estabelecia um percentual mínimo para o gênero feminino, potencializando assim suas chances de vitória no pleito, uma vez que o aumento de mulheres atuando na política ou como candidatas se deu, sobretudo, a partir de 1996, devido à determinação pelo Tribunal Superior Eleitoral de um percentual mínimo de mulheres que teriam que estar presentes nos partidos que concorreram às eleições municipais desse ano. (Machado, 2006).

A primeira legislatura de Zelinda Novaes (1991-1994) não foi marcada pela apresentação de projetos visando atender interesses femininos. Entre os 26¹⁰ projetos que deu entrada no período, apenas um poderia ser enquadrado dentro desta perspectiva. Trata-se do projeto PL 9478/91 de 14/05/91. O projeto determinava que os maridos das seguradas tivessem também o direito de receber benefícios de contribuição previdenciária da servidora estadual. Passou pela comissão de Educação, Esporte e Serviço Público e de Finanças e Orçamento tendo sido aprovado, inclusive pela medida considerada avançada, permitindo que o direito das esposas fosse estendido aos maridos, partindo do princípio de que homens e mulheres eram iguais e que, portanto, teriam os mesmos direitos e deveres garantidos por lei. A deputada justificou sua proposta argumentando que se as mulheres dos segurados tinham direito ao benefício não haveria motivos para os maridos não terem também. Este projeto foi vetado pelo poder executivo, provavelmente, para não onerar as contas públicas com esta nova despesa.

Não existe nenhuma indicação de Zelinda Novaes que esteja relacionada a uma postura de defesa de interesses de gênero em seu primeiro mandato no legislativo baiano, mas os interesses religiosos estiveram presentes. Em 1993 enviou duas indicações ao poder Executivo. A primeira foi a

¹⁰ No último ano de seu primeiro mandato, Zelinda Novaes deu entrada a quatorze projetos, sendo que treze tinham como finalidade declarar de utilidade pública diversas organizações assistências e um pretendia fazer uma homenagem ao ex-governador Cleriston Andrade, dando o nome deste a Comissão de Direitos Humanos da ALBA. Trata-se do projeto de Lei 1.523/94 de 22/06/1994.

Indicação 8332/93, não datada, e a segunda 8233/93 de 06/07/93, acabou sendo enviada em conjunto com Jonas Alves, ex-filiado do Partido Democrata Cristão, também ligado a entidades evangélicas. Ambas tratavam do mesmo tema, pois sugeriam ao governador do Estado que indicasse a Secretaria da Fazenda à criação de uma tarifa especial para pagamento do consumo de energia elétrica e água nos templos religiosos. A indicação 8332/93 pedia a isenção de ICMS nas contas da COELBA e EMBASA. Já a 8233/93 dava uma maior margem de negociação com o governo, pois poderiam ser criadas alternativas que atendessem o interesse dos templos, sem que fosse necessário o cancelamento do imposto. As moções apresentadas por Zelinda Novaes também não fazem referência a questão de gênero, valendo esta observação para as duas primeiras legislaturas de Zelinda que em relação às mulheres apresentou apenas a moção 2028/95, já anteriormente comentada.

Em 22/05/91, a deputada iurdiana apresentou o projeto de lei 9508/91 que declarava de utilidade pública a Igreja Universal do Reino Deus. Assim Zelinda justificou seu projeto:

O projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Igreja Universal do Reino de Deus está acompanhada de toda documentação exigida.

A referida igreja vem desenvolvendo não só atividade evangélica com também um grande trabalho social voltado, sobretudo, para a comunidade carente.

Ademais, o trabalho intenso que a igreja vem desenvolvendo no sentido de alcançar um expressivo contingente de indivíduos viciados e marginalizados, tem tido grande êxito.

No mês seguinte, em 13/06/1991 apresentou outro projeto ligado a interesses iurdianos. O PL 09561/91 visava declarar de utilidade pública a Associação Cristã Reino de Deus, com sede e foro na cidade de Feira de Santana. A justificativa deste projeto assemelha-se a do PL 9508/91, pois segundo a autora a associação estava resolvendo os problemas de “pessoas de baixa renda”, “crianças órfãs e desnutridas”, “viciados” e de “pessoas em total degradação moral”. A associação era ligada a Igreja Universal de Feira de Santana, tendo sido fundada em 1987.

Em seu último ano de primeiro mandato enviou ainda no dia 20/05/1994 o projeto de lei 10192/94 que declarava de utilidade pública a Associação Baiana Beneficente Sócio-cultural do Reino de Deus, com sede e foro em Salvador. Esta associação era um grupo assistencial fundado em 20/08/1984 que havia perdido por causa da lei 6697/86 o prazo para revalidação da utilidade pública, o que levou a deputada a dar entrada em um novo projeto. Zelinda Novaes pediu seu arquivamento em 18/08/1994, por considerar que a lei 6.670 de 21/07/94 resolveria o problema¹¹, já que foi criada para regularizar a situação de grande número de instituições que se viram privadas deste benefício estadual em função da lei 6697/86.

Estes três projetos foram os que mais nitidamente estavam presentes os interesses iurdianos. Mas existiram outros que atendiam estes interesses de forma indireta, permitindo que se criassem laços com outros grupos religiosos ou mesmo leis que estavam de acordos com o modo de vida defendido pela Igreja Universal. O projeto de lei 10074/93 de 08/11/93, que não foi a diante, dispunha sobre a utilização das instalações da rede escolar do Estado para a realização de eventos cívico-culturais e desportivos, observando que com tal medida as instalações poderiam servir como espaços

¹¹ Esta lei tornou desnecessária a necessidade do projeto, uma vez que permitia que a revalidação fosse possível para as instituições que haviam perdido o prazo de revalidação. As duas leis citadas estão disponíveis no site da Assembléia Legislativa. <http://2.casacivil.ba.go.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm>

públicos alternativos para os movimentos culturais, esportivos e religiosos realizarem seus eventos. Entre os projetos de utilidade pública apresentados por Zelinda Novaes encontram-se como beneficiadas diversas associações fundadas por grupos evangélicos.

A defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus continuou no segundo mandato de Zelinda. Neste, ela apresentou 25 projetos, dos quais 10 estavam ligados a demandas evangélicas. Em 1996, conseguiu em apenas dois meses declarar de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Cristã (ABC).¹² Outras demandas desta instituição também estiveram na pauta de reivindicação de Zelinda, como a indicação 10019/97 de 07/05/97 que sugeriu ao presidente da Telebahia a instalação de um telefone público comunitário na ABC. Segundo dados fornecidos por Zelinda Novaes, 500 pessoas freqüentavam por mês este centro social. Ela ainda enviou a assembléia uma solicitação de moção de aplauso “à Igreja Universal do Reino Deus pela ação altruísta e filantrópica, ajudando aos flagelados da seca do Nordeste”.¹³ Mas talvez uma das moções que mais evidencie essa ligação da deputada com a IURD tenha sido a que repudiava o governo do Chile pelas dificuldades que a Igreja Universal estava encontrando para se manter neste País:

Inadmissível, revoltante, incompreensível a atitude do governo chileno ao considerar ilegais no país os integrantes da Igreja Universal do Reino Deus. Alega o governo do Chile que esta igreja não está legalizada, ora, “vox populi vox Dei”, o povo aceita, logo a mesma é legal, assim como, cremos, a democratização deste País, salvo melhor juízo. Será que, pregar o evangelho, beneficiar os irmãos, é crime? Repensar, rogamos àqueles dirigentes, afim de que tenhamos um mundo melhor.

Aos queridos irmãos pastores, externamos nossos sentimentos de paz, amor e solidariedade pelas ações evangélicas; pois, sua coragem e desenvoltura granjearam-lhe a possibilidade de alargar horizontes, porém, cremos, seu nível espiritual não permite maior permanência no local que atingiu; lembre-se que nossa Casa tem edificação Universal e só Deus nos transfere a fé para remover montanhas. Estamos nesta MOÇÃO, manifestando repúdio ao Governo chileno pelas medidas tomadas, no momento que o seu povo o aceitou pela democracia que deveria reinar naquele País e que hoje vai de encontro aos DIREITOS HUMANOS e discrimina nossos irmãos que pelo credo, pregam a paz a fé e o amor.¹⁴

A motivação desta moção de repúdio foi a expulsão do Chile de 19 integrantes da Igreja Universal, entre eles, seis pastores. A Embaixada chilena em Brasília declarou na época que os pastores da Universal haviam entrado no Chile como turistas, mas que passaram a desenvolver atividades de proselitismo religioso. Apenas depois, eles solicitaram a mudança do visto para que pudessem se fixar no país. Este pedido foi negado. Diante deste fato a IURD reagiu:

Em São Paulo, 1.500 pessoas se concentraram na frente do consulado do Chile, na avenida Paulista (região central). O deputado federal Wagner Salustiano (PPB-SP), que pertence à igreja e liderou a manifestação, foi recebido pelo cônsul, Alfredo Salazar.

Durante o ato, os manifestantes gritavam palavras de ordem como "Ah, eu sou de Cristo" e acusavam o país de ser uma "ditadura".¹⁵

A deputada não negou que do ponto de vista legal, os membros da Igreja Universal poderiam ser expulsos, já que desrespeitaram a lei chilena. Mas justifica o descumprimento da lei: “o povo aceita, logo a mesma é legal” e ataca o governo chileno lembrando-lhe que ainda está num processo de redemocratização, e que, portanto, seria necessário que desse provas disto. Neste ponto, ela seguiu

¹² PL 10791/96 de 15/05/96.

¹³ Moção 3045/98 de 07/05/98.

¹⁴ Moção 2877/97 de 09/12/97.

¹⁵ *Folha de São Paulo*, 06/12/97.

uma argumentação contra as autoridades chilenas que estava sendo articulada nacionalmente pelo grupo:

Para o deputado Salustiano, a suposta perseguição aos pastores demonstra que o Chile não é um país democrático. "O Eduardo Frei, presidente do Chile, é um mentiroso. Ela anda pelo mundo dizendo que a ditadura naquele país acabou, mas não é verdade."

Na nota, a embaixada chilena também rebate essa acusação, que tem sido veiculada pela Rede Record, que pertence à Universal.

"O governo respeitará estrita mente as decisões do Supremo Tribunal, como corresponde a uma democracia, desmentindo desta maneira as insensatas declarações de líderes da Igreja Universal de que supostamente 'não há liberdade nem democracia no Chile'".

A igreja tem 20 templos no país e cerca de 7.000 seguidores. Para o bispo Carlos Rodrigues, responsável pela área política da Universal, a Igreja Católica do Chile está por trás da suposta perseguição. "No Chile há uma simbiose entre a Igreja Católica e o governo."¹⁶

A maioria das indicações encaminhadas por Novaes à ALBA foi aceita. Uma das poucas que teve um parecer desfavorável foi a 9796/96 de 21/11/1996, que pedia ao presidente da República que fosse enviado ao Congresso um projeto de lei proibindo a comercialização do tabaco em todo país. Em 25/02/97 a Comissão de Constituição e Justiça votou pela não aprovação da indicação. Embora a medida da deputada fosse considerada nobre, o tema era polêmico e traria prejuízos aos produtores e ao próprio governo que perderia uma considerável receita. Este pedido estava de acordo com uma prática comumente adotada pelos políticos evangélicos que geralmente pautaram seus mandatos em atitudes de combate às drogas, ao álcool e a medidas morais liberalizantes. O projeto de lei 11517/98 de 06/07/98 seguiu também esta tendência, dispondo sobre a proibição da exposição de vídeos pornográficos pelas locadoras em locais de fácil acesso aos usuários. Assim justificava Zelinda sua reivindicação:

Os filmes pornográficos são verdadeiros atentados ao pudor, os quais, em nada contribuem para a cultura dos cidadãos, principalmente das crianças e dos adolescentes que tem a mente em formação. Esses filmes vêm deturpando o conceito de família e desviando os jovens em suas sadias evoluções nos estudos e nas pesquisas científicas para um mundo melhor.

No segundo mandato de Zelinda apareceram dois projetos ligados à questão de gênero. O primeiro foi o PL 11299/97 de 20/10/97, que pedia a criação da Creche Penitenciária Feminina. O projeto não foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça mais uma vez devido ao artigo 77, VII da Constituição estadual. Mandou ainda o PL 11474/98 de 19/05/98, dispondo sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios contra a mulher praticados por pessoa jurídica estabelecidas no Estado da Bahia. Este projeto sugeria medidas pertinentes em defesa dos direitos da mulher, que se fossem aprovadas determinariam avanços na luta feminina pela eliminação das desigualdades no mercado de trabalho. Entretanto, foi arquivado em 01/02/2003.

A terceira legislatura de Zelinda Novaes foi marcada pela diminuição dos projetos que pediam a concessão de utilidade pública. Dos 33 apresentados, apenas 4 estavam enquadrados nesta categoria, e foram os únicos que conseguiram se transformar em leis. O destino seguido pelos demais foi o arquivamento. Nenhuma das associações beneficiadas fazia parte da rede assistencial da IURD¹⁷.

¹⁶ *Folha de São Paulo*, 06/12/97.

¹⁷ Apenas uma associação evangélica conseguiu ser reconhecida como de utilidade pública. Foi a Cruzada Maranata de Evangelização, com sede e foro no município de Salvador, fundada em 1984. O presidente desta associação era Átila Brandão, que também foi um dos fundadores. Este líder evangélico foi candidato a

Entre os projetos de lei submetidos à aprovação, 10 atendiam a interesses evangélicos. Um deles foi o PL 12135/2000 de 23/08/2000 que obrigava a impressão nos rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas produzidas no Estado da Bahia de mensagens que abordassem os malefícios do álcool. Foi um dos 29 arquivados pelo legislativo em 01/02/03.

Enquanto nenhum projeto de lei citava o nome da Igreja Universal do Reino Deus, as moções apresentadas por Zelinda demonstravam a relação de proximidade que existia entre a candidata e este grupo religioso. Moções de Congratulações pelo 2º aniversário de implantação da Rede Record; 75 anos da Rádio Sociedade da Bahia; 22º aniversário da IURD e ao Bispo Marcelo Crivella pelo projeto Nova Canaã¹⁸ foram aprovadas na ALBA, devido à solicitação da deputada iurdiana. Este reconhecimento público que a presença dos políticos do grupo poderia proporcionar parece ter sido valorizado pela Igreja Universal, que publicava na *Folha Universal* as homenagens recebidas:

Apesar dos olhares de reprovação dos católicos e espíritas, o vereador Rubens Ávila – PDT (foto), líder do governo, ocupou o plenário da Câmara Municipal de Pelotas-RS, para sugerir envio de congratulações ao bispo Edir Macedo pelos 20 anos de fundação da Igreja Universal. Prevaleceu o princípio da democracia e o requerimento foi aprovado. Afinal, quer os adeptos de outras entidades religiosas gostem ou não, o crescimento da IURD é fato incontestável. Ao justificar o pedido, Rubens Ávila afirmou que “a Igreja Universal cumpre funções sociais da mais alta relevância, mantendo instituições de atendimento a menores de rua, discutindo temas de interesse comunitário e prestando assistência material e espiritual aos mais necessitados”. Para o vereador, até os que combatem a IURD reconhecem que ela é hoje uma realidade, fazendo parte do contexto nacional em todos os sentidos.¹⁹

Alexandre Bittencourt Madureira, vereador iurdiano eleito no pleito de 1996 na cidade de Salvador, vinculado à rede assistencial da IURD como secretário na mesa diretora da ABC soteropolitana²⁰, também apareceu na mídia iurdiana divulgando as obras assistenciais que o grupo realizou:

A Igreja Universal do Reino Deus, na Rua do Tijolo, cedeu o espaço para que fossem entregues as cestas básicas aos desempregados. Antes da distribuição, o pastor Alexandre Bittercourt pregou:

- Esta situação que para vocês é desesperadora, creio que será apenas momentânea, mas para isso é necessário que Deus venha fazer morada em seu coração, porque uma pessoa que tem o Espírito de Deus não vive no desespero, na angústia e nem ansiosa por necessidade de bens materiais. Não olhe para religião, pois esta foi a maior arma que o diabo encontrou para dividir o ser humano e afastá-lo de Deus.²¹

Não olhe para a religião, mas olhe para as obras que a IURD vinha realizando. Esta parece ser a mensagem implícita na exposição dos trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja Universal. Trabalhos estes que conseguiram, inclusive, eleger um senador, o primeiro senador iurdiano, que contou com o “apoio” do sertão baiano para isto. Com vimos entre as moções apresentadas por Zelinda Novaes se encontrava uma que homenageava o Bispo Marcelo Crivella pelo desenvolvimento do projeto Nova Canaã.²²

governador da Bahia no pleito de 2006, ficando em terceiro lugar com 189.596. <http://www.tse.go.br/internet/index.html>

¹⁸ Moções 3479/99 de 16/06/99, 3276/99 de 24/03/99, 3528/99 de 05/06/99 e 3597/99 de 30/07/99, respectivamente.

¹⁹ *Folha Universal*, 10/08/1997, p. 4b. Num. 279.

²⁰ PL 10791/96 de 15/05/96.

²¹ *Folha Universal*, 30/03/1997, p.6. Num. 260

²² A Fazenda Nova Canaã, localizada no município de Irecê, estado da Bahia é financiada pela IURD, em parceria com empresas privadas, através do Projeto Nordeste. A fazenda tem uma área de cerca de 4,5 km² e emprega uma estrutura semelhante à dos kibutzim israelenses, realizando atividades econômicas que beneficiam a população local. (Machado, 2003: 314).

Atualmente, pode-se dizer que, no Brasil, a maior prova de amor ao povo é o projeto Nordeste, uma luta contra a seca, desenvolvida pelo bispo Marcelo Crivella juntamente com a Associação Beneficente Cristã Rural (ABC - Rural), no sertão da Bahia.²³

O assistencialismo também esteve presente na ação da IURD na política, mas não foi a Igreja Universal que o inventou. Com o Projeto Nordeste desenvolvido no sertão da Bahia, Crivella conseguiu um destaque importante, entre o quadro de membros da Igreja Universal, mas também em outros grupos religiosos. Aqui na Bahia este “intercambio” entre evangélicos esteve presente na legislatura de Zelinda Novaes, mas foi antecedida pela de Gerson Gomes, que também defendeu outros grupos evangélicos além da Assembléia de Deus. O diálogo com outras denominações foi justificado pela IURD. “Devemos orar sim, mas também dialogar com os irmãos de outras denominações, para nos unirmos em torno de um candidato, que será assim eleito para o bem da Obra de Deus”. (Caetano, 2002: 25).

Talvez o velho sonho do Brasil governado por um político evangélico estivesse por trás da união buscada pelos diversos grupos ou fosse apenas, um meio de reagir a sempre julgada perseguição que os “crentes” afirmavam sofrer no “maior País católico do mundo”, o fato é que de um jeito ou de outro Gerson Gomes e Zelinda Novaes tentaram implantar um pouco do “reino de Deus” na ALBA.

A título de conclusão

Durante os três mandatos que ocupou na Assembléia Legislativa foram encontrados 84 projetos de lei apresentados por Zelinda Novaes, dos quais 37 viraram leis e transformaram em entidades de Utilidade Pública Estadual várias organizações sociais. As principais beneficiadas foram as associações evangélicas, dentre as quais, quatro iurdianas.

Algumas transformações foram observadas na atuação de Zelinda Novaes no Legislativo baiano. Em primeiro lugar, a deputada só conseguiu aprovar projetos de lei que solicitavam utilidade pública para associações. Nestes, bastava anexar os documentos necessários e enviar. Quando tentou realmente legislar, propondo leis que atingiriam um público mais amplo, nada conseguiu. As práticas assistencialistas foram permitidas, provavelmente, porque estavam respaldadas na cultura política brasileira, sendo isto o que se esperava que o político fizesse. Gerson Gomes seguiu esta norma, pois entre os 47 projetos que apresentou apenas dois não pediam declaração de utilidade pública. Todavia, conseguiu a aprovação de um, o PL 7259/88 de 28/03/88, que proibia o uso de tabaco em repartições públicas estaduais e nos transportes de massa.²⁴

Zelinda deu entrada a 47 projetos que pretendiam legislar de fato e não os transformou em leis, o que demonstra que existem limites para o atendimento das demandas dos deputados ligados a interesses de grupo específicos, principalmente porque eles se cruzam com os de outros grupos que também disputam espaço no legislativo, assim como em outras áreas do espaço político. Uma coisa foi conseguir isenção de tributos, a partir de uma lógica clientelista que via as ações dos governantes como concessão, outra bastante diferente, proibir o comércio de tabaco ou mesmo de bebidas

²³ *Folha Universal*, 11 de junho de 2000.

²⁴ Este projeto virou a lei 5790 promulgada em 04/05/1990.

alcoólicas, que tantas divisas traziam ao governo e a outros grupos sociais, que também se fizeram representar na Assembléia Legislativa.

Publicações da Editora Gráfica Universal

CAETANO, Geraldo. *Os cinco poderes que regem o universo*. Rio de Janeiro, Universal, 2002.

JESUS, João Mendes. *Servindo a Deus na vida Pública*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 2001.

JUBILEU de Prata. *25 anos da Igreja Universal do Reino Deus: do coreto às catedrais*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 2003.

MACEDO, Edir. *O Perfil do Homem de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001a.

MACEDO, Edir. *O Perfil da Mulher de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001b.

RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998a.

RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e a Política*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998b.

Bibliografia

BACELAR, Afonso Jeferson. *A família da prostituta*. São Paulo, Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.

CAMPOS Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*. São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

JUSTINO, Mario. *Nos bastidores do reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo, Geração Editora, 1995.

MACHADO, Maria das Dores Campos. "Igreja Universal: uma organização providência". In: ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. "O Reino da prosperidade da Igreja Universal". In: ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

NETO, Joviniano. *Igreja Universal no Reino da Política*. Bahia, APUB, 1997.

ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília, Papiro, 1988.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia 1882-1925 - Um estudo de História Social*. São Paulo, UFBA, 1975. Dissertação de Mestrado.